



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

AUDITORIA INTEGRADA

RELATÓRIO PRÉVIO DE AUDITORIA

Transparência e Acesso à Informação no âmbito da Administração Indireta do Distrito Federal

(Processo nº 21260/2017-e)



Brasília – 2017



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Resumo Executivo

O direito à transparência e ao acesso à informação remonta ao ano de 1766, quando a primeira lei sobre o assunto foi editada na Suécia. Posteriormente, a partir da década de 1960, outros países aprovaram leis regulando esse direito, o qual é visto atualmente como fundamental pela comunidade internacional.

No Brasil, apesar de a Constituição Federal de 1988 trazer o direito à transparência e ao acesso à informação originalmente, o qual foi reforçado por meio da Emenda Constitucional nº 19/1998, somente com a edição da Lei nº 12.527/2011, ele foi regulamentado e pôde ser plenamente exercido pelos cidadãos, tornando o Brasil o 90º (nonagésimo) país a legislar sobre essa matéria. No Distrito Federal, a Lei nº 4.990/2012, regulamentada pelo Decreto nº 34.276/2013, disciplina o assunto.

Com o advento da regulamentação constitucional, o acesso às informações governamentais por parte dos cidadãos tornou-se a regra, enquanto que o sigilo, a exceção.

A transparência divide-se em passiva e ativa. A primeira baseia-se em solicitações de informações pelo cidadão ao Poder Público, o que pode ser realizado por meio do Serviço de Informação ao Cidadão de forma presencial ou eletrônica (e-SIC). A segunda refere-se à disponibilização de ofício de dados e informações, que se dá preferencialmente *on-line* (no Portal da Transparência e/ou nos sítios eletrônicos oficiais).

No âmbito do Poder Executivo distrital, cabe à Controladoria-Geral do DF monitorar a aplicação de ambos os tipos de transparência, bem como ações de aprimoramento, controle e fomento do acesso à informação.

A presente fiscalização foi solicitada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, decorrente de requerimento parlamentar junto à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle.

Vale dizer que anteriormente o Tribunal de Contas do DF realizou auditoria similar no âmbito dos órgãos integrantes da Administração Direta distrital (Processo nº 5137/2016).

O que o Tribunal buscou avaliar?

Definiu-se como objetivo geral avaliar o nível de transparência das entidades da Administração Indireta do Distrito Federal, bem como aferir o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

cumprimento das Leis nºs 3.965/2007 e 4.990/2012, que tratam do acesso à informação.

Para alcançar esse objetivo, foi proposta uma questão de auditoria:

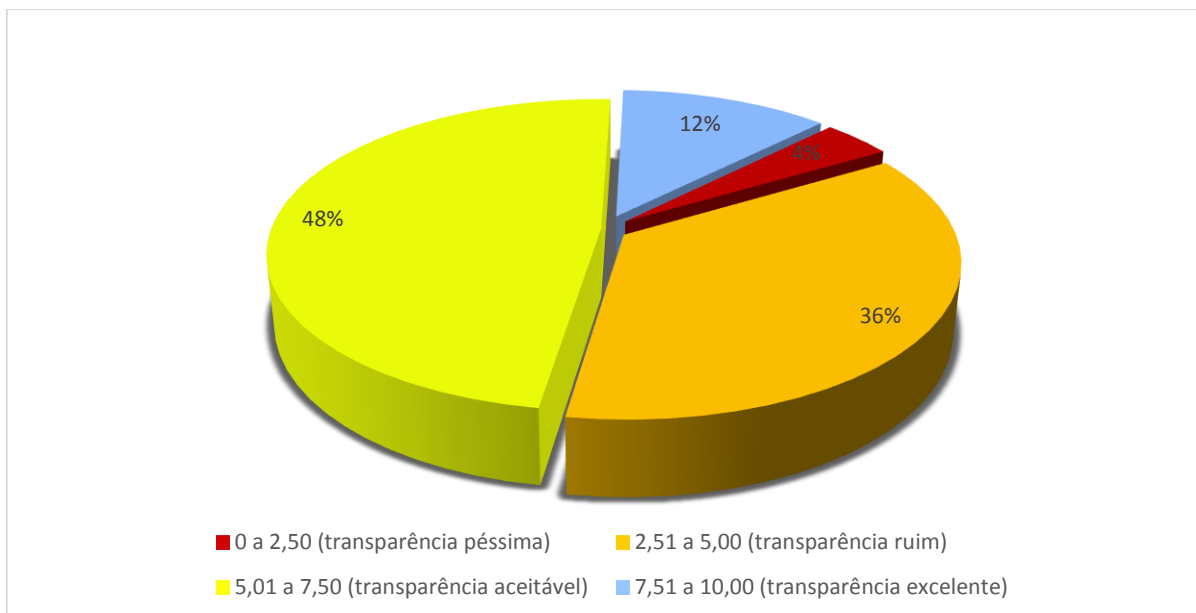
1. As entidades integrantes da Administração Indireta do Distrito Federal atendem de forma satisfatória aos preceitos de transparência (passiva e ativa) dispostos na legislação aplicável?

O que o Tribunal constatou?

Constatou-se, por meio de aplicação de *checklist* nos sítios eletrônicos das entidades do Poder Executivo distrital, que a transparência ativa, isto é, a disponibilização de ofício de informações governamentais, encontra-se insuficiente.

Das 25 (vinte e cinco) entidades integrantes da Administração Indireta local, 14 (catorze) possuem nível de transparência ativa excelente ou aceitável (56%), enquanto que as outras 11 (onze), ou 44%, têm nível ruim ou péssimo. Conforme visto no gráfico a seguir:

**Proporção das notas alcançadas pela Administração Indireta
na avaliação de transparência ativa**



No que tange à transparência passiva, aplicou-se *checklist* baseado na metodologia utilizada pela Controladoria-Geral da União – CGU em âmbito nacional,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

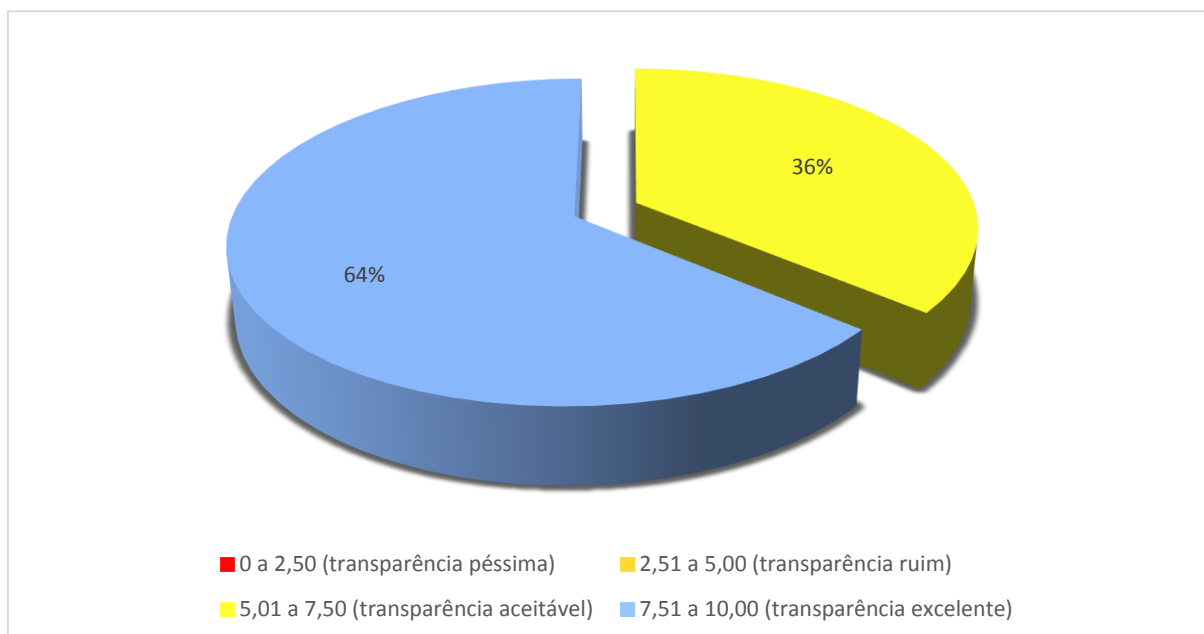
a Escala Brasil Transparente, que possibilitou a medição da transparência de estados e municípios de todo o país.

Analogamente à metodologia da CGU, foram encaminhadas 04 (quatro) solicitações de informação para cada entidade integrante da Administração Indireta do DF, sendo 03 (três) relativas à gestão administrativa e 01 (uma) referente à atividade finalística de cada entidade.

As respostas a essas solicitações foram avaliadas sob 02 (duas) perspectivas: quanto ao prazo de atendimento e quanto à conformidade da resposta com a pergunta, cada uma correspondendo a um quarto da pontuação atribuída ao *checklist*.

A transparência passiva restou melhor implementada. Das 25 (vinte e cinco) entidades, possuem nível excelente ou aceitável, sendo que 16 (dezesesseis), ou 64%, possuem nível excelente, e 09 (nove), ou 21%, apresentam nível aceitável, conforme se aduz do gráfico abaixo:

Proporção das notas alcançadas pela Administração Indireta do DF na avaliação de transparência passiva





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Vale ressaltar que 13% das respostas foram encaminhadas fora do prazo de resposta (de 20 dias prorrogáveis por mais 10 dias, justificadamente) e que 3% não foram respondidas pelas entidades questionadas.¹

No que tange à conformidade as solicitações, as respostas encaminhadas tiveram aderência média de 81%.

Quais foram as proposições formuladas pela equipe de auditoria?

Entre as determinações propostas destacam-se: a adoção de providências por parte das entidades integrantes da Administração Indireta do DF, mormente àquelas que obtiveram avaliação ruim ou péssima, no sentido de otimizar as suas respectivas transparências ativas e passivas, por meio de medidas tais como: 1) disponibilizar informações nos sites oficiais atentando-se para os normativos correlatos à matéria; 2) incentivar o treinamento e a capacitação dos servidores que atuam em ouvidorias e daqueles imbuídos da função de autoridade de monitoramento sobre temáticas relacionadas à transparência e acesso à informação, a exemplo dos cursos e seminários promovidos pela Controladoria-Geral do DF, ou outra capacitação similar, sobre temáticas relacionadas à transparência e acesso à informação; 3) atuar no sentido de aprimorar seus controles gerenciais a fim de garantir que as informações frequentemente solicitadas possam ser disponibilizadas de ofício em seus sites oficiais e/ou no Portal da Transparência do DF; 4) aprimorar e padronizar o fluxo procedimental para atendimento a demandas protocoladas na ouvidoria e/ou via e-SIC, de modo a tornar as respostas mais céleres, completas, claras e precisas.

Quais os benefícios esperados com a atuação do Tribunal?

Espera-se com a adoção das medidas propostas pelo Tribunal a promoção da cidadania e do controle social; o reforço da cultura de acesso e transparência no DF; o aumento da participação popular na gestão pública e da sensação de controle por parte dos gestores; a melhoria da governança da Administração Pública e da sensação de credibilidade.

¹ Considerando a data limite de até 15 dias úteis após findo o prazo de resposta, incluindo-se o prazo para prorrogação.



Sumário

1. Introdução.....	7
1.1. Apresentação.....	7
1.2. Identificação do Objeto	7
1.3. Contextualização	9
1.4. Objetivos.....	10
1.4.1. Objetivo Geral	10
1.4.2. Objetivo Específico.....	11
1.5. Escopo.....	11
1.6. Montante Fiscalizado	12
1.7. Metodologia	12
1.8. Critérios de auditoria.....	13
1.9. Avaliação de Risco Inerente e de Controle	13
1.10. Risco de Auditoria.....	15
2. Resultados da Auditoria	16
2.1. Questão de Auditoria nº 01 – Os entidades integrantes da Administração Indireta do Distrito Federal atendem de forma satisfatória aos preceitos de transparência (passiva e ativa) dispostos na legislação aplicável?	16
2.2. Achado de Auditoria nº 01 – Transparência ativa insuficiente na Administração Direta	16
<i>Critério</i>	16
<i>Análises e Evidências</i>	16
<i>Causas</i>	24
<i>Efeitos</i>	24
<i>Proposições</i>	24
<i>Benefícios Esperados</i>	25
2.3. Achado de Auditoria nº 02 – Transparência passiva insuficiente na Administração Indireta	25
<i>Critério</i>	25
<i>Análises e Evidências</i>	26
<i>Causas</i>	39
<i>Efeitos</i>	40
<i>Proposições</i>	40
<i>Benefícios Esperados</i>	41



1. Introdução

1.1. Apresentação

Trata-se de Auditoria Integrada realizada na Administração Indireta do Distrito Federal para avaliar o nível de transparência das suas entidades integrantes, com o objetivo de aferir o cumprimento das Leis Distritais nºs 3.965/2007 e 4.990/2012, que tratam do acesso à informação.

2. A presente auditoria foi incluída no Plano Geral de Ação para o exercício de 2017² por meio da Decisão nº 58/2016. A fiscalização foi solicitada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, no âmbito de sua figura da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle dessa Casa, cujo requerimento foi objeto de deliberação no Processo nº 32115/2015.

3. Cumpre mencionar que esta Corte realizou trabalho similar no âmbito dos órgãos integrantes da Administração Direta distrital (Processo nº 5137/2016).

1.2. Identificação do Objeto

4. O objeto da auditoria abrangerá a transparência das entidades da Administração Indireta do DF, a qual se divide em ativa e passiva, conforme detalhado a seguir:

- Transparência ativa: Divulgação de informações à população de ofício, ou seja, por iniciativa do próprio setor público, que se antecipa e as torna públicas independentemente de requerimento, utilizando principalmente a Internet;
- Transparência passiva: Divulgação de informações públicas em atendimento às solicitações da sociedade.³

5. A matéria foi primeiramente disciplinada em âmbito nacional pela Lei nº 12.257/2011, Lei de Acesso à Informação,⁴ a qual dispõe sobre procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito dos Poderes Legislativo, incluindo Cortes de Contas, Judiciário e Executivo, na figura da Administração Direta e Indireta, bem como demais entidades controladas direta ou

² Aprovado pelas Decisões nºs 67 e 6062/2015.

³ Adaptado de conteúdo constante em <http://www.acessoainformacao.gov.br/>

⁴ Regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

indiretamente pelos entes federativos. Posteriormente, a questão também foi disciplinada no âmbito do Distrito Federal por meio da Lei nº 4.990/2012, regulamentada pelo Decreto nº 34.276/2013.

6. Tais diplomas legais visam promover e fomentar a gestão pública transparente, propiciando amplo acesso dos cidadãos a informações governamentais (exceto aquelas resguardadas por sigilo), bem como sua divulgação espontânea à sociedade.

7. Nesse contexto, os sítios eletrônicos dos órgãos e entidades públicas distritais perfazem importantes canais de transparência, podendo conter informações tais como: principais gestores, telefones de contato, organograma, breves descrições das ações desenvolvidas.

8. Outro canal distrital relevante para difusão de informações governamentais é o Portal da Transparência do DF, gerido pela Controladoria-Geral do DF – CGDF,⁵ o qual disponibiliza dados sobre a execução financeira e orçamentária do DF, remuneração de servidores, convênios, contratos, editais, resultados de licitações, dentre outros.

9. Elencam-se a seguir os gestores das principais unidades⁶ relacionadas ao objeto da fiscalização durante o período de planejamento da auditoria:

Tabela 1: Titulares das pastas relacionadas ao objeto da fiscalização

Sigla	Entidades	Gestor
Agefis	Agência de Fiscalização	Bruna Maria Peres Pinheiro
Adasa	Agência Reguladora de Águas e Saneamento Básico	Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles
BRB	Banco de Brasília S/A	Vasco Cunha Gonçalves
Ceasa	Centrais de Abastecimento	José Deval da Silva
Codhab	Companhia de Desenvolvimento da Habitação	Gilson José Paranhos de Paula e Silva
Codeplan	Companhia de Planejamento	Lúcio Remuzat Rennó Júnior

⁵ Conforme disposto no art. 15, inciso I, do Decreto nº 36.236/2015.

⁶ Optou-se por não incluir na auditoria eventuais empresas coligadas (da CEB, da Caesb e do BRB), haja vista que o cidadão possui maior contato com as empresas principais de cada *holding*.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Caesb	Companhia de Saneamento Ambiental	Maurício Luduvise
Metrô	Companhia do Metropolitano	Marcelo Contreiras de Almeida Dourado
CEB	Companhia Energética de Brasília S/A	Ari Joaquim da Silva
Terracap	Companhia Imobiliária de Brasília	Júlio César de Azevedo Reis
Novacap	Companhia Urbanização da Nova Capital do Brasil	Júlio César Menegotto
DER	Departamento de Estradas e Rodagem	Henrique Leite Luduvise
Detran	Departamento de Trânsito	Silvain Barbosa Fonseca Filho
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	Argileu Martins da Silva
Funap	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso	Nery Moreira da Silva
FAP	Fundação de Apoio à Pesquisa	Wellington Lourenço de Almeida
Fepecs	Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde	Maria Dilma Alves Teodoro
FHB	Fundação Hemocentro de Brasília	Miriam Daisy Calmon Scaggion
FJZB	Fundação Jardim Zoológico de Brasília	Gerson de Oliveira Norberto
Funab	Fundação Universidade Aberta	Mourad Ibrahim Belaciano
Procon	Instituto de Defesa do Consumidor	Ivoneide Souza Machado Andrade Oliveira
Ibram	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Jane Maria Vilas Bôas
Iprev	Instituto de Previdenciário dos Servidores	Adler Anaximandro de Cruz e Alves
SLU	Serviço de Limpeza Urbana	Heliana Kátia Tavares Campos
TCB	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília	Carlos Artur Hauschild
DFTTrans	Transporte Urbano do Distrito Federal	Léo Carlos Cruz

Fonte: sítios eletrônicos das entidades integrantes da Administração Indireta do DF e Diário Oficial do DF.

1.3. Contextualização



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

10. A Câmara Legislativa do DF – CLDF, titular do controle externo em âmbito distrital, encaminhou a esta Corte, por meio do Ofício nº 393/2015-GMD⁷, o Requerimento nº 872/2015, de autoria do deputado Chico Leite, aprovado pela Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle daquela Casa, solicitando a realização de auditoria para aferir o cumprimento por parte do Governo do Distrito Federal das Leis nºs 3.965/2007 e 4.990/2012, que tratam de transparência pública e acesso à informação.

11. Em razão disso, foi realizada, no âmbito do Processo nº 5137/2016-e, auditoria com objetivo de avaliar o nível de transparência dos órgãos integrantes da Administração Direta do Distrito Federal.

12. Desse modo, fez-se necessário complementar a fiscalização da referida matéria por meio de avaliação similar nas entidades que integram a Administração Indireta do DF.

13. Cumpre mencionar, que a matéria também é objeto de exame no plano nacional, destacando-se a realização de avaliação da transparência pública realizada em estados e municípios brasileiros pela Controladoria-Geral da União⁸ por meio de metodologia própria denominada Escala Brasil Transparente aplicada aos sítios eletrônicos de cada ente federativo,⁹ a qual balizou alguns dos instrumentos de medida adotados no âmbito do Processo nº 5137/2016-e, os quais serão reutilizados nesta fiscalização.

14. A referida avaliação, em suas duas edições, aferiu pontos relacionados à regulamentação de dispositivos da Lei nº 12.257/2011 e à transparência passiva, atribuindo notas aos entes federativos selecionados. Ressalte-se que o DF atingiu a nota máxima quando da realização da 2ª edição dessa avaliação.

1.4. Objetivos

1.4.1. Objetivo Geral

15. A presente auditoria tem por objetivo avaliar o nível de transparência das

⁷ E-DOC [0471936F-c](#) (Processo nº 32115/2015).

⁸ Conforme consta em <http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente#>

⁹ No caso do DF, o Portal do Governo de Brasília, <http://www.df.gov.br/>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE AUDITORIA

PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

entidades integrantes da Administração Indireta do Distrito Federal, bem como aferir o cumprimento das Leis nos 3.965/2007 e 4.990/2012, que tratam do acesso à informação.

1.4.2. Objetivo Específico

16. A questão de auditoria está assim definida:

1. As entidades integrantes da Administração Indireta do Distrito Federal atendem de forma satisfatória aos preceitos de transparência (passiva e ativa) dispostos na legislação aplicável?

1.5. Escopo

17. Em conformidade com o art. 1º da Lei nº 12.527/2011, subordinam-se aos preceitos da Lei de Acesso à Informação (LAI):

[...]

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

18. No mesmo sentido, a legislação distrital¹⁰ dispõe que:

[...]

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I – os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo e Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Distrito Federal;

II – as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Distrito Federal.

19. O Poder Executivo do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 34.276/2013, e a Controladoria-Geral do DF, mediante Instrução Normativa nº 2/2015-CGDF, buscaram complementar as leis nacional e distrital, disciplinando os aspectos operacionais que lhes são correlatos.

20. Desse modo, e considerando que a auditoria realizada no bojo do Processo nº 5137/2016-e examinou matéria idêntica no âmbito dos órgãos que integram a

¹⁰ Lei nº 4.990/2012, art. 1º, parágrafo único, incisos I e II.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Administração Direta Distrital, esta fiscalização procederá à análise similar e complementar na Administração Indireta do DF.

21. O exame compreenderá o período de 2016 a junho de 2017.

1.6. Montante Fiscalizado

22. O montante fiscalizado foi de R\$ 392.961,79, conforme consta na tabela a seguir:

Tabela 1 – Montante autorizado, empenhado e liquidado em 2015 relativo a transparência

	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)
2016*	400.000,00	392.961,79	392.961,79

* Programa de Trabalho: 04.124.6203.4093.0001 – Controle, Correição e transparência dos recursos públicos.
Fonte: SIGGo.

23. Não foram considerados os gastos públicos com recursos humanos afetos a atividades de transparência em razão da ausência de segregação dessas informações gerenciais ou de correlação desses custos com a atividade.

1.7. Metodologia

24. Os procedimentos e técnicas utilizados na execução da presente auditoria encontram-se registrados na Matriz de Planejamento (e-DOC [11A9FDD1-e](#)), merecendo destaque: a aplicação de *checklist*, a análise documental e o *benchmarking*.

25. Com vistas a mensurar o nível de transparência ativa e passiva, foram aplicados *checklists* em todas as entidades integrantes da Administração Indireta do DF, formulados com base na legislação correlata, principalmente a IN nº 02/2015-CGDF. Cumpre mencionar que em relação à transparência passiva, foram elaboradas 04 (quatro) perguntas para cada entidade, que foram encaminhadas via Sistema eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC), disponível em <https://www.e-sic.df.gov.br/sistema/site/Default.aspx>.

26. Após, os resultados dos *checklists* foram consolidados e as pontuações dos níveis de transparência ativa e passiva de cada entidade foram ordenadas, o que resultou na formação de um *ranking* entre elas.



1.8. Critérios de auditoria

27. Foram utilizados os seguintes critérios:

- Constituição Federal de 1988, art. 5º, XXXIII, art. 37, §3º, II, art. 216, §2º;
- Lei nº 12.527/2011 – regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988;
- Leis nº 3.965/2007 – dispõe sobre a divulgação de dados, informações e demonstrativos relativos à administração orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Distrito Federal;
- Lei nº 4.990/2012 – regula o acesso a informações no Distrito Federal previsto no art. 5º, XXXIII, no art. 37, § 3º, II, e no art. 216, § 2º, da Constituição Federal e nos termos do art. 45, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências;
- Decreto nº 34.276/2013 – Regulamenta a Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216, todos da Constituição Federal de 1988;
- Instrução Normativa nº 02/2015-CGDF – Disciplina a divulgação, nos sítios oficiais na rede mundial de computadores – internet, de informações de interesse geral ou coletivo, custodiadas e produzidas pelos órgãos do Governo do Distrito Federal, observado o disposto na Lei Distrital nº 4.990 de 2012 – LAI/DF.

1.9. Avaliação de Risco Inerente e de Controle

28. A Avaliação de Riscos objetiva delimitar a natureza, extensão e profundidade dos testes realizados na auditoria.

29. Para aferir o Risco Inerente¹¹ ao objeto de auditoria considerou-se as

¹¹ Aqui entendido como decorrente da própria natureza da operação, independentemente da existência de controle.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

seguintes variáveis: gravidade¹², urgência¹³, tendência¹⁴, criticidade¹⁵, relevância¹⁶ e materialidade¹⁷, relativas ao jurisdicionado e à matéria auditada, conforme tabela abaixo:

Matriz de Risco Inerente		
	CGDF	Acesso à Informação
Gravidade		
Urgência		
Tendência		
Complexidade		
Relevância		
Materialidade		
TOTAL		
Média		
Risco inerente (percentual)		29%
Legenda: Baixa Média Alta N/A		

30. No tocante ao Risco de Controle¹⁸, aplicou-se ao Subcontrolador de Controle Interno da Corregedoria-Geral do DF o questionário de avaliação de controle interno¹⁹, o qual foi elaborado considerando as componentes definidas na metodologia

¹² Representa o impacto, a médio e longo prazo, do problema analisado caso ele venha a acontecer sobre aspectos, tais como: tarefas, pessoas, resultados, processos, organizações, entre outros.

¹³ Representa o prazo, o tempo disponível ou necessário para resolver um determinado problema analisado. Quanto maior a urgência, menor será o tempo disponível para resolver esse problema. Deve ser avaliada tendo em vista a necessidade de se propor soluções a fim melhorar a gestão da/do referida matéria/órgão.

¹⁴ Representa o potencial de crescimento do problema e a probabilidade deste se agravar. Recomenda-se fazer a seguinte pergunta: "Se esse problema não foi resolvido agora, ele vai piorar pouco a pouco ou vai piorar bruscamente?".

¹⁵ Pode-se medir a complexidade avaliando se os constituintes da matéria são heterogêneos, se há multiplicidade nas ações, interações e acontecimentos e se há a presença de traços de confusão, acasos, caos, ambiguidades, e incertezas.

¹⁶ A relevância deve ser avaliada, independentemente da materialidade do objeto de auditoria, a fim de buscar a importância qualitativa das ações em estudo, quanto à sua natureza, contexto de inserção, fidelidade, integralidade das informações.

¹⁷ A materialidade traduz a razão entre a despesa autorizada relativa à(s) matéria(s) auditada(s) e o total da despesa autorizada para o órgão no exercício, excluídas as despesas com pessoal e encargos.

¹⁸ Consiste no risco de não haver um bom sistema de controle interno que previna ou detecte, em tempo hábil, erros ou irregularidades relevantes.

¹⁹ Documento associado ao Sistema de Protocolo Eletrônico e-TCDF. PT 2.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

do COSO II – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, estimando o Risco de Controle como baixo **(18,23%)**.

Tabela 2 - Risco de Controle com Base nos Componentes do COSO 2

Risco de Controle com base nos componentes do COSO 2	
Ambiente Interno	19%
Definição de Objetivos	0%
Identificação de Eventos	31%
Avaliação de Risco	50%
Resposta ao Risco	33%
Atividades de Controle	13%
Informação e Comunicação	0%
Monitoramento	0%
Risco de Controle	18,23%

1.10. Risco de Auditoria

31. Uma vez que o Risco Inerente foi avaliado como baixo **(18,23%)**²⁰ e os controles internos como fortes (por conta do Risco de Controle em 16,67%)²¹, de acordo com a tabela 1 da seção 4.9 do Manual de Auditoria do TCDF, será preciso um grau de testes muito baixo a fim de minimizar o risco de auditoria.

²⁰ Considerando que o Risco Inerente seria baixo se inferior a 33%, moderado se entre 33% e 66%, e elevado se superior a 66%.

²¹ Considerando que os controles internos seriam fracos se o Risco de Controle fosse superior a 66%, adequados se o Risco de Controle estivesse entre 33% e 66%, e fortes se este fosse inferior a 33%.



2. Resultados da Auditoria

2.1. Questão de Auditoria nº 01 – Os entidades integrantes da Administração Indireta do Distrito Federal atendem de forma satisfatória aos preceitos de transparência (passiva e ativa) dispostos na legislação aplicável?

Não. Quanto à transparência ativa, 15 (quinze), ou 60%, das 25 (vinte e cinco) entidades analisadas, possuem nível excelente ou aceitável, enquanto que as outras 10 (dez), ou 40%, têm nível ruim ou péssimo.

Com relação à transparência passiva, o cenário é melhor: as 25 (vinte e cinco) entidades, possuem nível excelente ou aceitável, sendo que 16 (dezesesseis), ou 64%, possuem nível excelente, e 9 (nove), ou 21%, apresentam nível aceitável.

2.1.1. Achado de Auditoria nº 01 – Transparência ativa insuficiente na Administração Indireta

Critério

32. As entidades da Administração Indireta do Distrito Federal devem disponibilizar de ofício dados e informações referentes à gestão governamental em seus respectivos sítios eletrônicos.

33. Fundamentação legal: CF/1988, art. 5º, XXXIII, art. 37, §3º e art. 216, §2º. Lei nº 4.990/2012. Decreto nº 34.276/2013. Instrução Normativa nº 02/2015-CGDF. Guia de transparência ativa editado pela CGDF.

Análises e Evidências

34. A transparência ativa pode ser definida como a divulgação de dados e informações à população de ofício, proativa e rotineiramente, ou seja, por iniciativa do próprio setor público, que se antecipa às demandas pontuais dos cidadãos, individuais ou coletivas, e as torna públicas independentemente de requerimento, utilizando principalmente a Internet.²²

35. A título exemplificativo, tem-se as remunerações dos servidores públicos e informações sobre a execução orçamentária com detalhamentos por credor, unidade

²² Adaptado de conteúdo constante em <http://www.acessoainformacao.gov.br/>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE AUDITORIA

PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

gestora e fase da despesa, as quais estão disponíveis no Portal da Transparência do Distrito Federal e no aplicativo Siga Brasília.²³

36. A publicação proativa de informações governamentais é condição necessária para a efetiva promoção da transparência e do controle social. Nessa esteira, a Organização das Nações Unidas – ONU, por exemplo, afirma que:

A liberdade de informação implica que os órgãos públicos publiquem e divulguem amplamente documentos de interesse público significativo, como por exemplo informações operacionais sobre o funcionamento do órgão público e o conteúdo de eventuais decisões ou políticas que afetem a população [...].²⁴

37. Tem-se que ações e iniciativas no sentido de publicar de ofício dados e informações governamentais podem fomentar o controle da Administração Pública por parte do próprio Poder Público, bem como pelos controles externo e social, possibilitando a detecção de falhas e a adoção tempestiva de providências para solucioná-las ou mitigá-las.

38. Ademais, a transparência ativa, quando devidamente implementada, confere maior eficiência no acesso à informação, evitando a mobilização reiterada de recursos para atender a demandas pontuais dos cidadãos, uma vez que a informação já se encontra disponível.

39. Vale dizer que a transparência constitui direito fundamental, constando, inclusive, da Carta Magna, que dispõe que o Estado deve conceder acesso a dados e informações sobre atos e documentação governamental a quantos delas necessitem, para atender seu interesse particular, coletivo ou geral, ressalvadas apenas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

40. No DF, a matéria está disciplinada na Lei nº 4.990/2012, regulamentada pelo Decreto nº 34.274/2013, que trouxe um rol de informações a serem divulgadas de ofício por cada órgão,²⁵ dentre as quais se destacam as insertas no art. 7º, §1º, do referido decreto:

²³ Disponível em <http://www.transparencia.df.gov.br/#/> e <http://www.sigabrasilia.df.gov.br/> respectivamente.

²⁴ Relatório do Relator Especial, *Promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression*, Doc. da ONU E/CN.4/2000/63, de 18 de janeiro de 2000, § 44.

²⁵ Razão pela qual essa auditoria enfatiza o cumprimento da Lei nº 4.990/2012 em detrimento da Lei nº 3.965/2007.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE AUDITORIA

PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

- registro das competências e da estrutura organizacional, endereços, telefones e correio eletrônico institucional das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
- registro de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- registro das despesas;
- resultados de inspeções e auditorias, prestações de contas e tomadas de contas especiais realizadas pelas entidades de controle interno e externo, incluindo prestação de contas relativas a exercícios anteriores;
- informações concernentes a procedimentos licitatórios, com os respectivos editais, anexos e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras, com informações sobre sua execução, metas e indicadores, em linguagem de fácil compreensão;
- respostas a perguntas mais frequentes feitas pela sociedade;
- dados e execução de programas de desenvolvimento social e habitacional;
- critérios de alocação e de uso dos recursos decorrentes de fundos públicos;
- contratos de gestão firmados com entidades qualificadas como organizações sociais;
- informações sobre controle e fiscalização de recursos públicos destinados a organizações não governamentais;
- valores e critérios de transferência de recursos financeiros às unidades escolares e às diretorias regionais de ensino, por meio de suas respectivas unidades executoras;
- contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do artigo 45 da Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, bem como telefone, correio eletrônico e horário de atendimento do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

41. Com vistas a conferir eficácia à norma supracitada, a Controladoria-Geral do DF – CGDF editou a Instrução Normativa nº 02/2015-CGDF, que detalha e especifica as informações a serem disponibilizadas nos sítios eletrônicos dos órgãos do Poder Executivo do DF, inclusive padronizando os menus a serem exibidos e o seu conteúdo. Ato contínuo, o referido órgão de controle elaborou um guia²⁶ orientando os demais entes distritais sobre o preenchimento dos menus em seus sites oficiais, estipulando, inclusive, mensagens-padrão.

42. Nessa esteira, a equipe de auditoria elaborou *checklist*²⁷ (que constitui o Anexo I deste relatório) baseado na IN nº 02/2015-CGDF e no referido guia para avaliar os sítios eletrônicos das entidades da Administração Indireta do DF quanto à aderência aos preceitos de transparência ativa.²⁸

43. Esse instrumento foi aplicado em 25 (vinte e cinco) sites oficiais, permitindo o exame de mais de 300 (trezentas) páginas disponíveis na *web* com dados e informações das entidades integrantes da Administração Indireta do DF. Posteriormente, os resultados obtidos foram consolidados e os entes públicos ordenados conforme a pontuação por eles alcançada:

²⁶ Guia de Transparência Ativa – disponível em http://www.cg.df.gov.br/images/banners/Guia_transparencia_ativa.pdf.

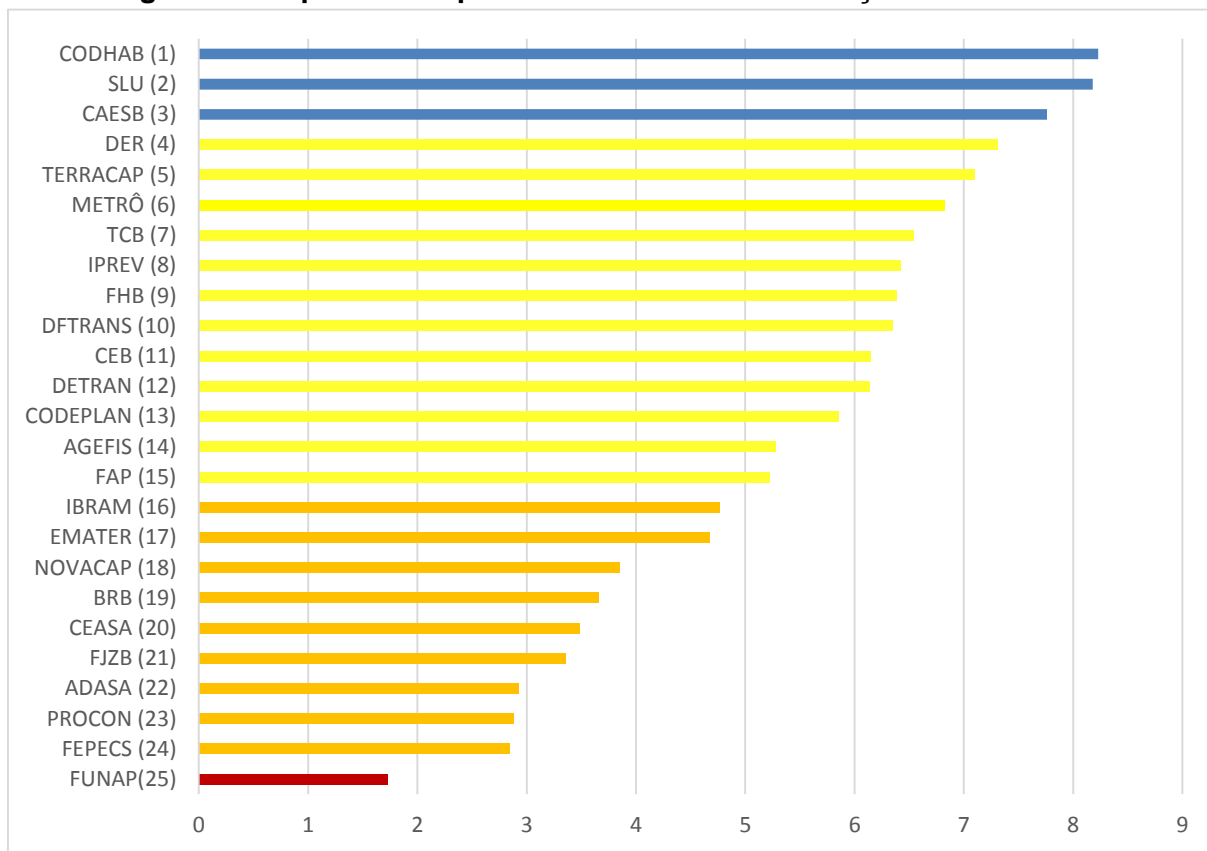
²⁷ PT 03, associado ao e-TCDF.

²⁸ Como o *checklist* foi baseado principalmente no guia de transparência ativa elaborado pela CGDF, não foram contemplados aspectos operacionais constantes do art. 5º da IN nº 02/2015-CGDF, tais como atualização das informações, disponibilização de código de classificação de documentos e tabela de temporalidade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Figura 1 – Mapa de transparência ativa da Administração Indireta do DF



(1) Companhia de Desenvolvimento da Habitação do Distrito Federal	(2) Serviço de Limpeza Urbana Distrito Federal	(3) Companhia de Saneamento Ambiental Distrito Federal
(4) Departamento de Estradas e Rodagem Distrito Federal	(5) Agência de Desenvolvimento Distrito Federal	(6) Companhia do Metropolitano do DF
(7) Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília	(8) Instituto de Previdenciário dos Servidores do Distrito Federal	(9) Fundação Hemocentro de Brasília
(10) Transporte Urbano do Distrito Federal	(11) Companhia Energética de Brasília S/A	(12) Departamento de Trânsito do Distrito Federal
(13) Companhia de Planejamento do Distrito Federal	(14) Agência de Fiscalização do Distrito Federal	(15) Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
(16) Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal	(17) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal	(18) Companhia Urbanização da Nova Capital do Brasil
(19) Banco De Brasília S/A	(20) Centrais de Abastecimento do Distrito Federal	(21) Fundação Jardim Zoológico de Brasília
(22) Agência Reguladora de Águas e Saneamento Básico do Distrito Federal	(23) Instituto de Defesa do Consumidor	(24) Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde
(25) Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso		

Fonte: PTs 6.01/6.24 e 8 associados ao e-TCDF.

44. Depreende-se do gráfico acima que das 25 (vinte e cinco) entidades integrantes da Administração Indireta do Distrito Federal, 12 (doze) possuem nível de transparência aceitável (48%) e 03 (três) apresentam nível de transparência ativa



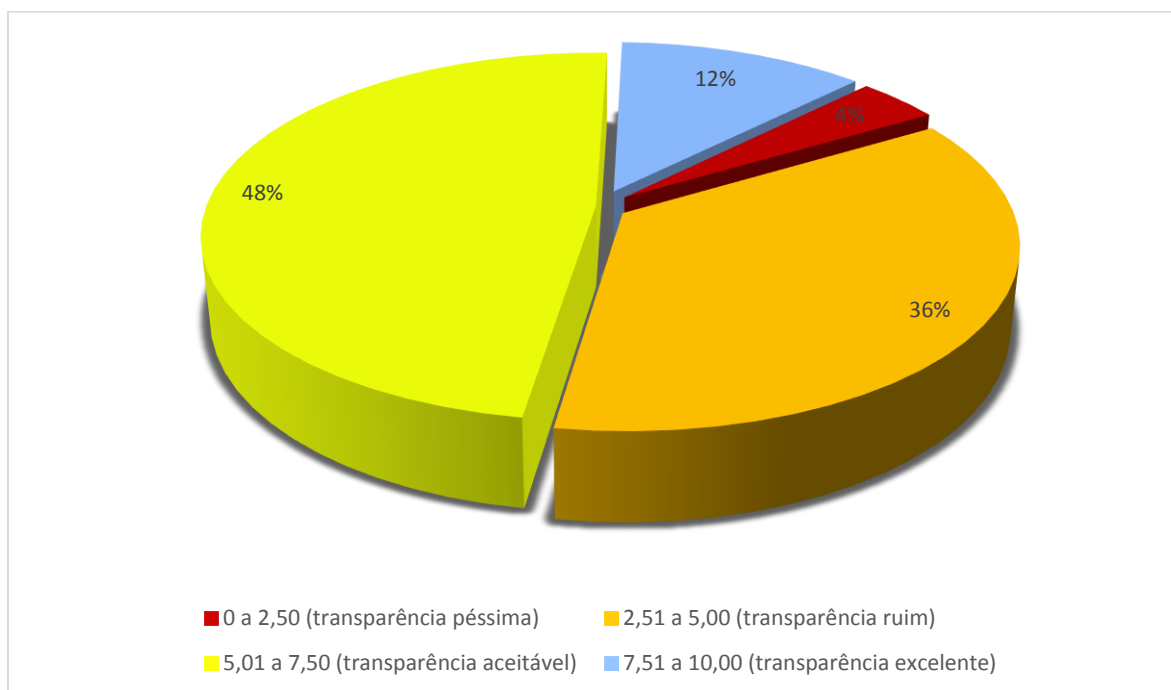
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

excelente (12%). De outro lado, 09 (nove) possuem nível de transparência ativa ruim (36%) e 01 possui nível péssimo (4%), sendo elas:

Tabela 3 – Rol de entidades da Administração indireta do DF com transparência ativa considerada ruim ou péssima

Órgão	Sigla	Nota
Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF	IBRAM	4,77
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF	EMATER	4,67
Companhia Urbanização da Nova Capital do Brasil	NOVACAP	3,85
Banco de Brasília S/A	BRB	3,66
Centrais de Abastecimento do Distrito Federal	CEASA	3,48
Fundação Jardim Zoológico de Brasília	FJZB	3,36
Agência Reguladora de Águas e Saneamento Básico do DF	ADASA	2,93
Instituto de Defesa do Consumidor	PROCON	2,88
Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde	FEPECS	2,85
Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso	FUNAP	1,73

Figura 2 – Proporção das notas alcançadas pela Administração Indireta em avaliação de transparência ativa



Fonte: PTs 6.1/6.24 e 8 associados ao e-TCDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

45. De um lado, essa situação denota que a promoção da transparência ativa pela Administração Indireta do DF não é plenamente eficaz, uma vez que evidencia desconformidades com normativos correlatos à matéria, principalmente com a IN nº 02/2015-CGDF. De outro, essa situação pode implicar que a transparência passiva se torne ineficiente, na medida em que propicia um acúmulo de solicitações similares e/ou idênticas de informações gerenciais pelos cidadãos, as quais deveriam estar disponíveis de ofício, evitando a mobilização dos mesmos recursos repetidas vezes para atender demandas pontuais.

46. Contribuiu em grande medida para a situação observada, os resultados negativos referentes aos seguintes itens avaliados no *checklist* (PT 08²⁹) elencados juntamente com as suas respectivas pontuações médias:³⁰

- a. Auditorias: disponibilização de informações sobre os resultados de auditorias, inspeções e tomadas de contas especiais realizadas pelos controles interno e externo, bem como prestações de contas anuais e informações sobre o controle de recursos públicos destinados a Organizações Não Governamentais. (pontuação média de 2,60 de 10 pontos possíveis)
- b. Licitações e contratos: informações sobre todas as licitações realizadas e contratos vigentes, disponibilizando os documentos oficiais correlatos para *download* pelo usuário. (pontuação média de 3,46 de 10 pontos possíveis)
- c. Ações e Programas: rol descritivo dos programas temáticos, objetivos e ações contempladas no Plano Plurianual para o órgão em questão, assim como as principais metas e indicadores de desempenho acompanhados dos resultados alcançados no período. (pontuação média de 4,03 de 10 pontos possíveis)
- d. Informações classificadas: rol descritivo de informações reservadas, secretas ou ultrassecretas, bem como aquelas cujo sigilo foi levantado (desclassificadas) nos últimos doze meses. Alternativamente, mensagem informando que o órgão não possui informações classificadas. (pontuação média de 4,70 de 10 pontos possíveis)

²⁹ Associado ao e-TCDF.

³⁰ As notas parciais a seguir não contemplam o desconto de 50% que a avaliação do site oficial da FJZB/DF sofreu por conta de indisponibilidade dos links verificada na avaliação de transparência ativa, tema abordado mais adiante.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

- e. Convênios: informações sobre todas os convênios ou instrumentos congêneres firmados pela entidade, ou ainda contratos de gestão, quando houver, disponibilizando os documentos oficiais correlatos para *download* pelo usuário. (pontuação média de 4,73 de 10 pontos possíveis)
- f. Despesas: registro das despesas realizadas pelo órgão/entidade, os critérios de alocação e de uso dos recursos decorrentes de fundos públicos, além das informações sobre a concessão de diárias e aquisição de passagens para os servidores do órgão/entidade. (pontuação média de 4,88 de 10 pontos possíveis)

47. Os problemas constatados em relação à transparência ativa mais recorrentes foram:

- Insuficiência e/ou inexistência de informações acerca de ações e programas desenvolvidos pelo órgão e os principais resultados alcançados (PTs 6.2, 6.3, 6.11, 6.12, 6.15, 6.17, 6.18, 6.20)
- Insuficiência e/ou inexistência de informações sobre auditorias realizadas no âmbito do órgão, prestação/tomada de contas anuais e especiais, informações sobre controle e fiscalização de recursos públicos destinados a Organizações Não Governamentais (PTs 6.1, 6.2, 6.4, 6.7, 6.8, 6.11, 6.13, 6.15, 6.17, 6.20, 6.21, 6.22 e 6.25);
- Carência de detalhamento dos procedimentos licitatórios, contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados (PTs 6.3, 6.6, 6.8, 6.11, 6.14, 6.15, 6.16, 6.17, 6.18, 6.19, 6.20, 6.24);
- Inexistência de informações no menu “perguntas frequentes” feitas pelos cidadãos acerca das atividades e serviços prestados pelo órgão (PTs 6.2, 6.4 e 6.17);
- Insuficiência de dados acerca de classificação ou desclassificação de informações e/ou sobre a inexistência dessas (PTs 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.8, 6.11, 6.15, 6.16, 6.17, 6.20, 6.21 e 6.22);
- Desatualização dos dados, bem como inexistência de indicação da data da publicação/atualização das informações.

48. Por fim, constatou-se, no decorrer da avaliação, que os sites oficiais de 02 (duas) entidades do DF, a saber, a Companhia do Metropolitano do DF – Metrô/DF e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

a Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB/DF, ficaram com a maioria dos links relacionados à transparência ativa indisponíveis. No caso da segunda entidade, na qual a indisponibilidade persistiu, houve um desconto de 50% na avaliação sobre transparência ativa, em que pese esse problema não ter sido detectado durante avaliação inicial.

49. Ressalte-se que, no caso da FJZB, que sofreu uma mudança no seu sítio eletrônico oficial, as informações relativas à transparência ativa, as quais deveriam estar disponíveis segundo normativos aplicáveis à matéria, praticamente inexistem. Indagada sobre o assunto, a ouvidoria da entidade informou que a alteração no formato do seu sítio oficial decorreu de problemas técnicos na plataforma antiga.

Causas

50. Regulamentação recente da sistemática de divulgação das informações de interesse social nos sites oficiais do Governo do Distrito Federal.

51. Baixa eficácia dos gestores da Administração Indireta do DF ao observar parcial e insatisfatoriamente os normativos correlatos à transparência ativa, disponibilizando de maneira insuficiente os dados e as informações governamentais nos sítios eletrônicos oficiais do Distrito Federal.

52. Baixa relevância atribuída à transparência ativa e ao acesso à informação e, por via de consequência, ao controle social, pelas entidades da Administração Indireta distrital.

Efeitos

53. Ineficiência da atuação estatal por conta da mobilização de recursos repetidas vezes para atender solicitações pontuais de dados e informações gerenciais similares e/ou idênticas, as quais deveriam estar disponíveis aos cidadãos nos sítios eletrônicos oficiais do Distrito Federal.

54. Prejuízo à atuação dos controles internos, externos e social.

Proposições

55. Após a manifestação dos jurisdicionados sobre o achado de auditoria e seus tópicos, caso inexistir alteração do conteúdo destes, serão submetidas à deliberação do egrégio Plenário, ao menos, as seguintes proposições.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

- I. Determinar às entidades integrantes da Administração Indireta do DF, mormente àquelas que obtiveram avaliação ruim ou péssima (conforme §44), que disponibilização de informações nos sites oficiais atentando-se para o disposto na Lei nº 4.990/2012, no Decreto nº 34.276/2013, na Instrução Normativa nº 02/2015-CGDF e no Guia de Transparência Ativa da Controladoria-Geral do DF;
- II. Recomendar às entidades integrantes da Administração Indireta do DF, mormente àquelas que obtiveram avaliação ruim ou péssima (conforme §44), que adotem providências para otimizar as suas respectivas transparências ativas, tais como:
 - a) incentivar o treinamento e a capacitação dos servidores que atuam em ouvidorias e daqueles imbuídos da função de autoridade de monitoramento sobre temáticas relacionadas à transparência e acesso à informação, a exemplo dos cursos e seminários promovidos pela Controladoria-Geral do DF;
 - b) atuar no sentido de aprimorar seus controles gerenciais a fim de garantir que as informações frequentemente solicitadas possam ser disponibilizadas de ofício em seus sites oficiais e/ou no Portal da Transparência do DF, em atenção às orientações objeto da Lei nº 4.990/2012, mormente o disposto no seu art. 8º, VII.

Benefícios Esperados

56. Promoção da cidadania e do controle social. Reforço da cultura de acesso e transparência no DF. Aumento da participação popular na gestão pública e da sensação de controle social por parte dos gestores. Melhoria da governança da Administração Pública.

2.1.2. Achado de Auditoria nº 02 – Transparência passiva insuficiente na Administração Indireta

Critério

57. As entidades da Administração Indireta do Distrito Federal devem expor de forma clara em seus sítios eletrônicos os normativos relacionados à transparência e ao acesso à informação, bem como conter links para o Serviço de Informação ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Cidadão – SIC.

58. Ademais, devem atender tempestivamente e com respostas precisas, claras e fidedignas às solicitações de informações realizadas pelos cidadãos.

59. Fundamentação legal: CF/1988, art. 5º, XXXIII, art. 37, §3º, art. 216, §2º. Leis nº 4.990/2012. Decreto nº 34.276/2013. Instrução Normativa nº 02/2015-CGDF.

Análises e Evidências

60. A transparência passiva pode ser definida como a divulgação de informações públicas em atendimento às solicitações pontuais realizadas individual ou coletivamente pelos cidadãos.

61. A própria Constituição Federal dispõe sobre o direito do cidadão de acessar informações de interesse particular, coletivo ou geral, e cria obrigação para o Estado atender no prazo fixado em lei eventual solicitação que lhe for apresentada, sob pena de responsabilidade do gestor público competente para atendê-la.

62. No âmbito do Distrito Federal, as solicitações de informação podem ser realizadas por meio do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC das seguintes formas:

- a) eletrônica, serviço chamado de e-SIC;³¹
- b) telefônica (por meio do telefone 162); ou
- c) presencial (nas ouvidorias de cada entidade).

63. A título exemplificativo, qualquer cidadão pode requerer, por meio de um dos canais supracitados, à Secretaria de Saúde do DF o rol de medicamentos faltantes na rede de saúde pública. Esta, no prazo legal de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 10 (dez) dias, se houver justificativa, deverá responder-lhe de forma objetiva e precisa.

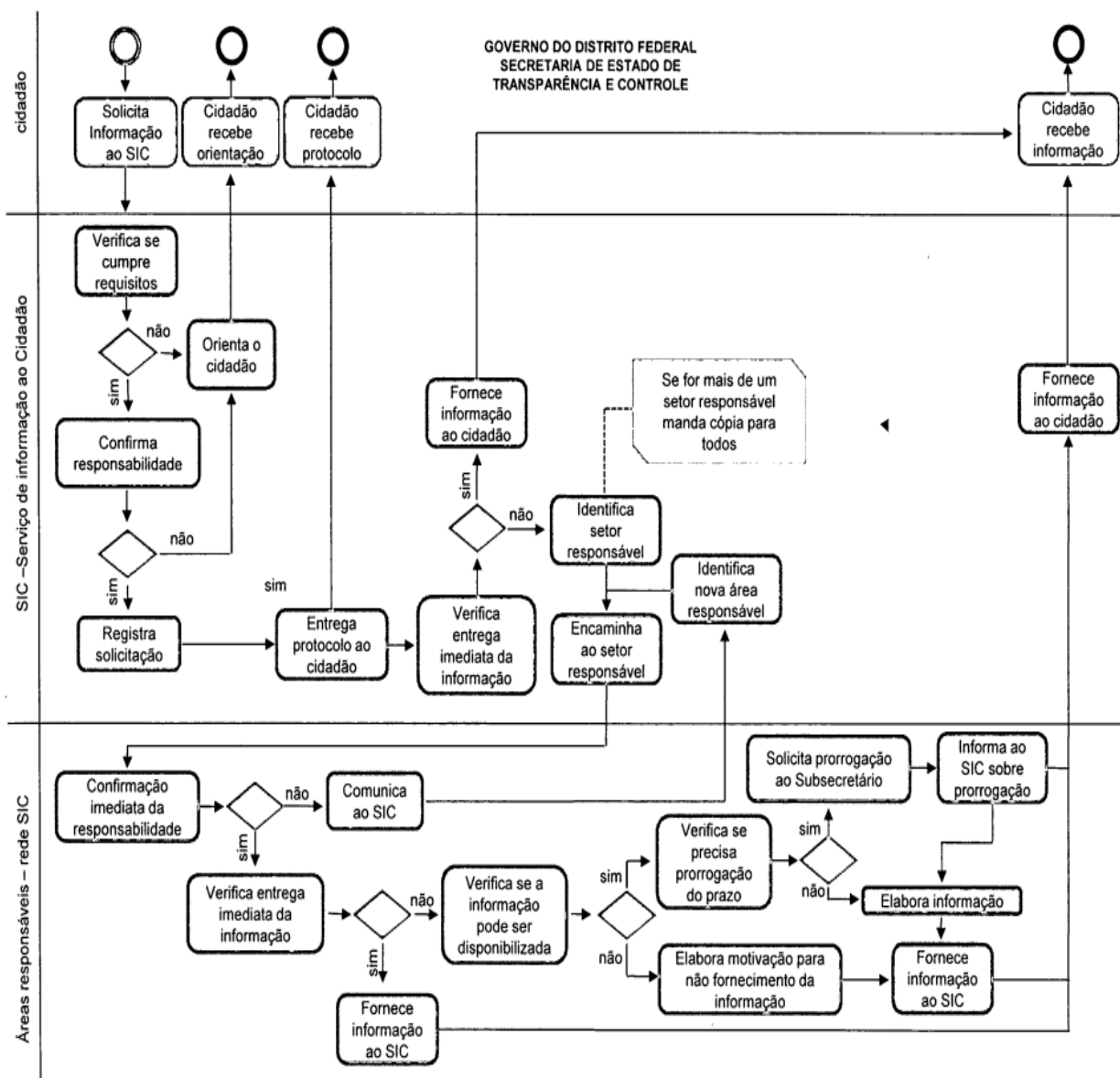
64. Caso o cidadão entenda que a sua demanda não foi atendida a contento pelo órgão competente, seja pela insuficiência das informações prestadas, seja pela discordância dos argumentos que motivaram a negativa do acesso à informação, a ele são disponibilizadas instâncias recursais. Provido o eventual recurso, ao órgão competente caberá lhe disponibilizar aquilo que foi requerido.

³¹ Disponível em <https://www.e-sic.df.gov.br/sistema/site/Default.aspx>).


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

 SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

65. No âmbito distrital, as demandas por dados e informações seguem o fluxograma a seguir, o qual decorre de disposições constantes na Lei nº 4.990/2012 e do Decreto nº 34.276/2013:

Fluxograma 1 - Demanda por informação no Distrito Federal


Fonte: Controladoria-Geral do DF (e-DOC [3DA596A1-c](#), fl. 119)

66. Conforme apontado na Cartilha da Lei de Acesso à Informação disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral do DF,³² no âmbito do Distrito Federal, há previsão para até 03 (três) instâncias recursais (conforme dispõe o Decreto nº

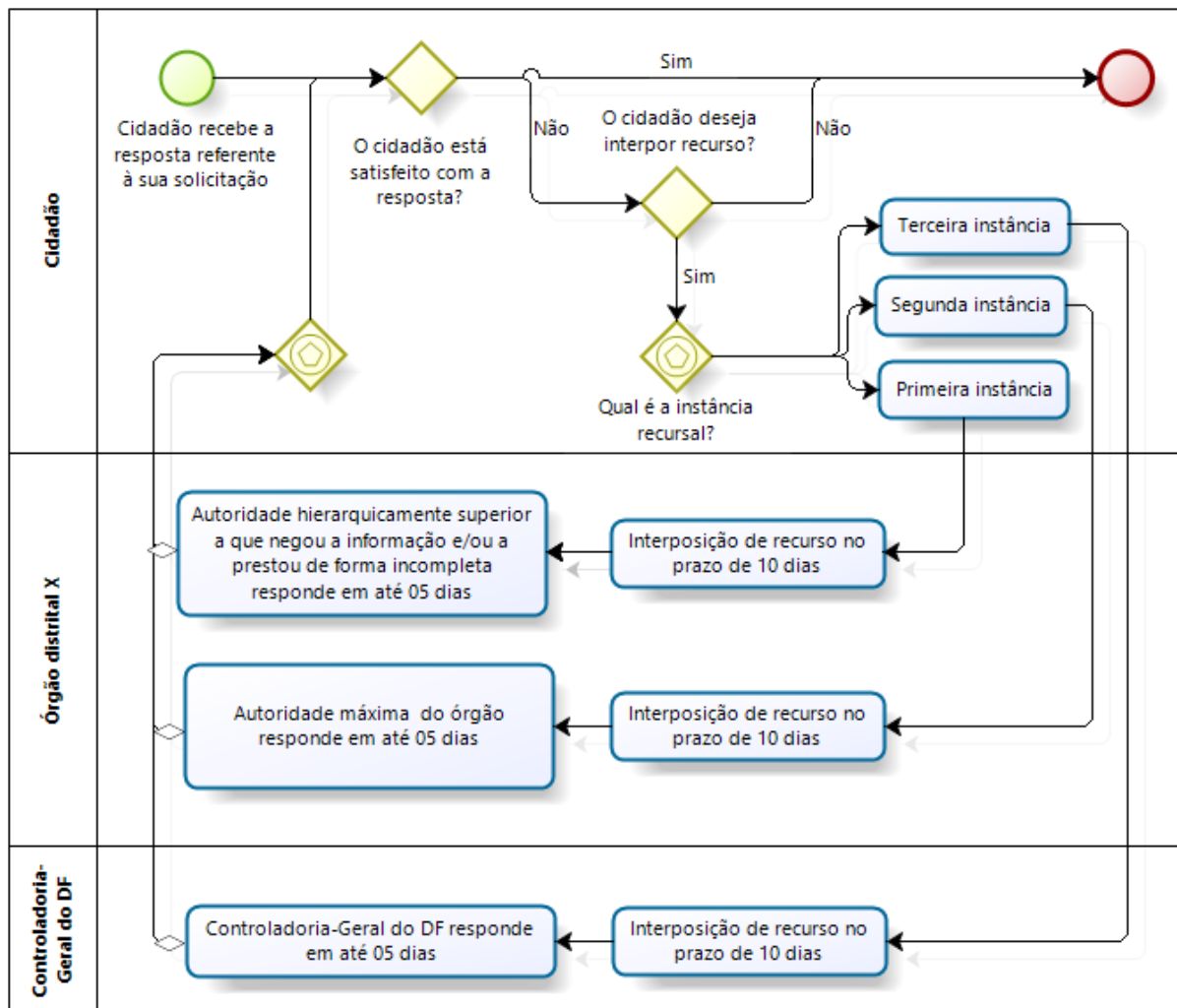
³² Disponível em http://www.cg.df.gov.br/images/institucional/cartilha_lai_dez2015.pdf



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

34.276/2013, arts. 22 a 24), cujo fluxo de procedimentos é indicado a seguir:

Fluxograma 2 – Recurso por informação no Distrito Federal



Fonte: Cartilha da Lei de Acesso à Informação disponível em http://www.cg.df.gov.br/images/institucional/cartilha_lai_dez2015.pdf.

67. Com vistas a avaliar a eficácia da transparência passiva no Distrito Federal, foi elaborado um *checklist* (que constitui o Anexo II deste relatório) baseado na metodologia aplicada pela Controladoria-Geral da União – CGU em âmbito nacional, a Escala Brasil Transparente,³³ que realizou a medição desse serviço nos estados e municípios do Brasil.³⁴

68. O objetivo da fiscalização realizada pela CGU foi promover uma abordagem capaz de verificar a efetividade da Lei de Acesso à Informação, permitindo aprofundar

³³ Os resultados dessa metodologia estão disponíveis em www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente.

³⁴ Os municípios foram considerados de forma amostral.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

o monitoramento da transparência pública e gerar um produto que possibilite o acompanhamento das ações empreendidas pela Administração Pública sobre o assunto.

69. Analogamente à metodologia utilizada pela CGU, os *checklists* aplicados pela equipe de auditoria contêm 04 (quatro) solicitações de informação para cada entidade da Administração Indireta do DF, totalizando 100 (cem) solicitações, as quais foram protocoladas via e-SIC, sendo que:

- 03 (três) delas são similares e relativas à gestão de pessoal (diárias, passagens e licenças) e de contratos; e
- 01 (uma) referente à atividade finalística de cada entidade.

70. As respostas a essas solicitações foram avaliadas em 02 (dois) aspectos, em uma escala de 0 a 10 pontos, quanto ao prazo de atendimento e quanto à conformidade da resposta com a pergunta, os quais correspondem à metade da pontuação possível do *checklist* aplicado pela equipe de auditoria.

71. No que tange ao prazo de atendimento, adotou-se a seguinte escala de pontuação:

Tabela 4 – Previsão de pontuação relativa ao prazo de atendimento das solicitações

Pontuação	Situação
10	Pedido respondido dentro do prazo (com ou sem prorrogação).
7,5	Pedido respondido dentro do prazo de prorrogação sem que o órgão tenha procedido à prorrogação no sistema.
5	Pedido respondido fora do prazo de prorrogação em até 5 dias úteis.
2,5	Pedido respondido fora do prazo de prorrogação de 6 a 10 dias úteis.
0	Pedido respondido fora do prazo de prorrogação de 10 a 15 dias úteis. Cumprir dizer que mesmo com pontuação nula, as respostas encaminhadas nessa situação foram consideradas para fins de análise quanto à sua conformidade com a pergunta.
Após 15 dias úteis fora do prazo de prorrogação, atribuiu-se nota 0 à tempestividade e a resposta restou desconsiderada para quaisquer efeitos.	



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

72. Além disso, para compor a segunda metade da pontuação do *checklist* aplicado pela equipe de auditoria foram verificados os seguintes aspectos em aproximadamente 30 (trinta) sítios eletrônicos oficiais do Distrito Federal, também numa escala de 0 a 10 pontos:

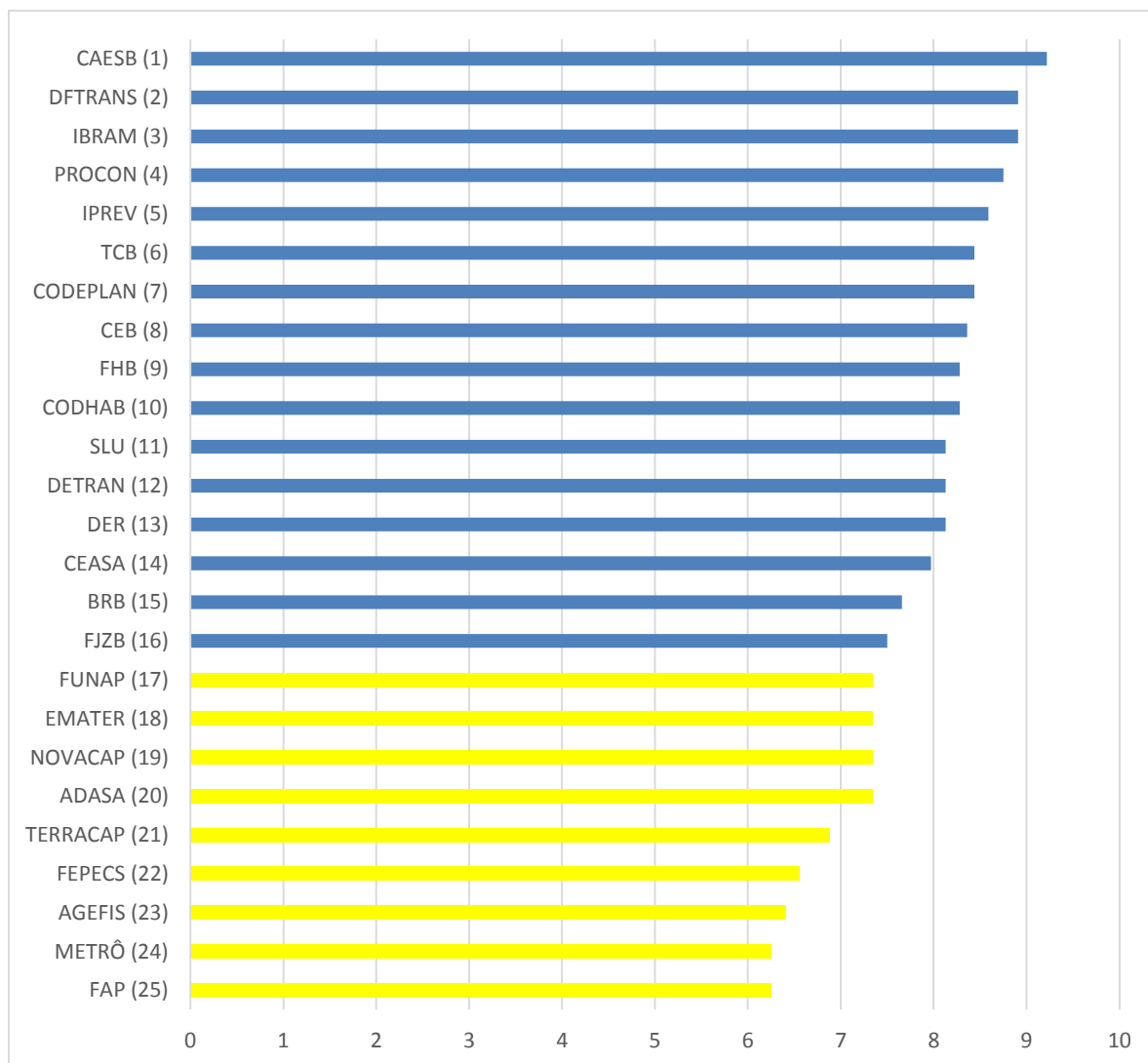
- a) Exposição clara da legislação correlata à transparência, mormente da sua regulamentação;
- b) Indicação precisa da possibilidade de entrega de um pedido de acesso de forma presencial, elencando endereço, telefone de contato e horários de funcionamento do órgão;
- c) Indicação precisa no site de link de acesso ao e-SIC;
- d) Dispensa de exigências de dados do demandante que não aqueles constantes dos normativos legais;
- e) Possibilidade de acompanhamento posterior do pedido.

73. Os resultados foram consolidados e os entidades integrantes da Administração Indireta ordenados conforme a pontuação alcançada, conforme indicado a seguir:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Figura 3 – Mapa de transparência passiva da Administração Indireta do DF



(1) Companhia de Saneamento Ambiental Distrito Federal	(2) Transporte Urbano do Distrito Federal	(3) Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal
(4) Instituto de Defesa do Consumidor	(5) Instituto de Previdenciário dos Servidores do Distrito Federal	(6) Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília
(7) Companhia de Planejamento do Distrito Federal	(8) Companhia Energética de Brasília S/A	(9) Fundação Hemocentro de Brasília
(10) Companhia de Desenvolvimento da Habitação do Distrito Federal	(11) Serviço de Limpeza Urbana Distrito Federal	(12) Departamento de Trânsito do Distrito Federal
(13) Departamento de Estradas e Rodagem Distrito Federal	(14) Centrais de Abastecimento do Distrito Federal	(15) Banco De Brasília S/A
(16) Fundação Jardim Zoológico de Brasília	(17) Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso	(18) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
(19) Companhia Urbanização da Nova Capital do Brasil	(20) Agência Reguladora de Águas e Saneamento Básico do Distrito Federal	(21) Agência de Desenvolvimento Distrito Federal
(22) Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde	(23) Agência de Fiscalização do Distrito Federal	(24) Companhia do Metropolitano do DF
(25) Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal		

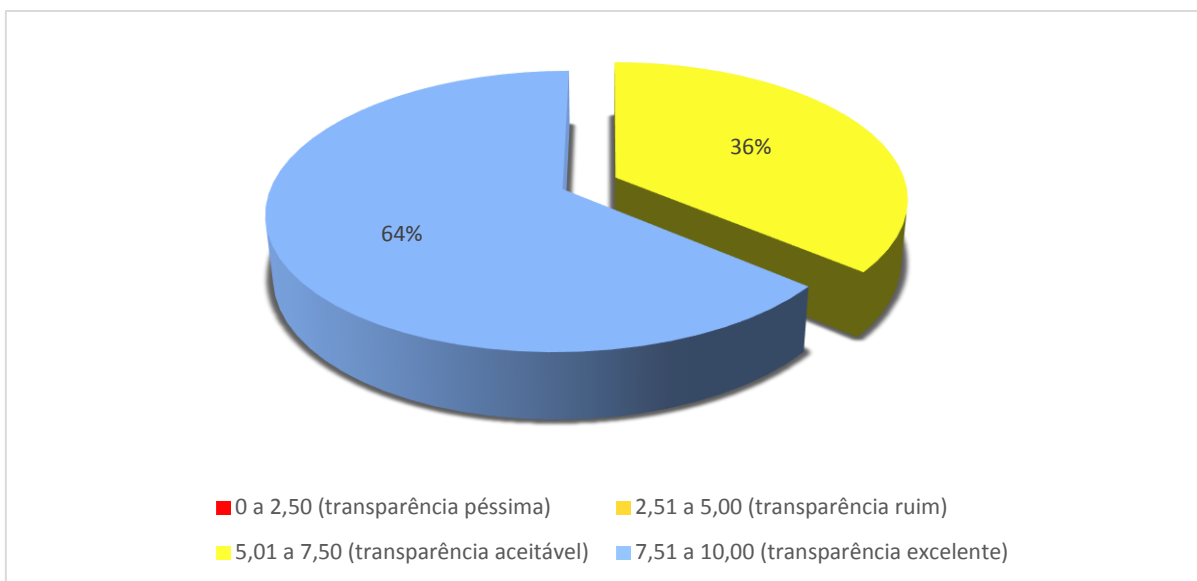
Fonte: PTs. 7.1/7.24 e 8 associados ao e-TCDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

74. Das 25 (vinte e cinco) entidades integrantes da Administração Indireta do Distrito Federal, 16 (dezesesseis), 64%, possuem nível de transparência passiva excelente e 09 (nove), 36%, apresentam nível de transparência aceitável, conforme indicado a seguir:

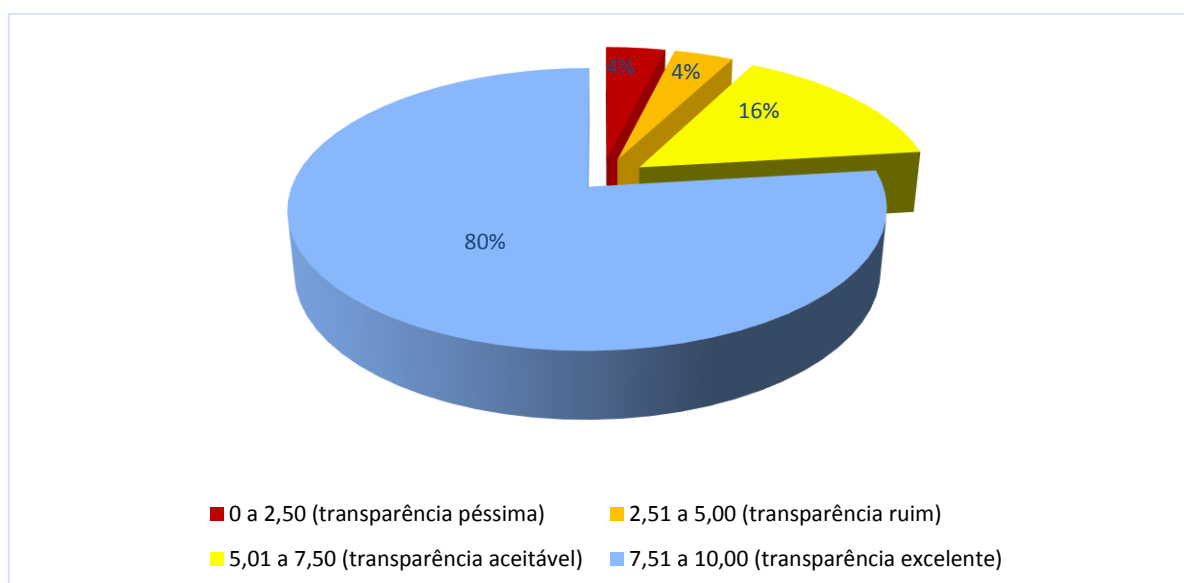
Figura 4 – Proporção das notas alcançadas pela Administração Indireta do DF em avaliação de transparência passiva



Fonte: PTs. 7.1/7.24 e 8 associados ao e-TCDF.

75. Considerando apenas a tempestividade da resposta e a compatibilidade dessa com a solicitação, o quadro é o seguinte:

Figura 5 – Proporção das notas alcançadas na avaliação de transparência passiva considerando-se apenas as solicitações de informação



Fonte: PTs 7.1/7.24 e 8 associados ao e-TCDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

76. Em que pese o quantitativo de entidades com nível excelente de transparência passiva tenha representado 80%, nota-se, sob essa ótica, que 01 (uma) entidade alcançou nível ruim, 01 (uma) entidade obteve nível péssimo, enquanto que as 04 (quatro) restantes, ou 16%, obtiveram nível aceitável. Nos casos de nível ruim e péssimo, as notas baixas decorreram, em grande parte, de atrasos e/ou da falta de resposta às solicitações.

77. Os jurisdicionados que se enquadram nos níveis de transparência passiva péssimo e ruim (considerando apenas as solicitações de informação) foram a Fundação de Apoio à Pesquisa – FAP/DF e a Agência de Fiscalização do DF – Agefis/DF, respectivamente.

78. No que tange à tempestividade da resposta, em média 13% das respostas não foram encaminhadas dentro do prazo previsto pela legislação aplicável, qual seja, de 20 (vinte) dias, prorrogáveis justificadamente por mais 10 (dez) dias.

79. Registre-se que apenas 3 solicitações, ou 3%, deixaram de ser respondidas, conforme indicado a seguir:

Tabela 5 – Quantitativo de solicitações não respondidas em tempo hábil* por órgão

Órgão	Solicitações não respondidas
Agência de Fiscalização do DF	01 (uma)
Fundação de Apoio à Pesquisa do DF	02 (duas)

Fonte: PTs 05 e 08 associados ao e-TCDF.

Considerou-se como critério para encaminhamento em tempo hábil a resposta entregue até 15 dias úteis fora do prazo de prorrogação, conforme consta na Tabela 03.

80. A propósito, segundo dados fornecidos pela CGDF acerca do prazo médio de resposta de demandas³⁵ em 2016 pelos órgãos do GDF, constatou que, das 25 (vinte e cinco) entidades integrantes da Administração Indireta do DF, 03 (três) obtiveram prazo médio superior a 30 (trinta) dias, que é o limite previsto na legislação aplicável incluindo a prorrogação. Senão veja-se:

³⁵ O prazo médio é calculado dividindo-se o número de dias pelo número de pedidos feitos para o órgão em questão.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Tabela 6 – Prazo médio de resposta a solicitações de informações em 2016

Órgão	Prazo médio (em dias)	Extrapolação média do prazo legal (em dias)	Quantitativo de demandas
FEPECS	345	315	5
IBRAM	57	27	178
FUNAP	46	16	7
CODHAB	30	0	234
IPREV	24	0	14
CEASA	22	0	4
NOVACAP	21	0	76
AGEFIS	20	0	226
FJZB	18	0	5
CODEPLAN	16	0	32
DFTRANS	15	0	196
DETRAN	14	0	375
DER	12	0	113
PROCON	12	0	45
EMATER	11	0	15
FHB	11	0	47
SLU	11	0	36
ADASA	10	0	55
METRÔ	10	0	163
FAP	10	0	23
TCB	9	0	2
TERRACAP	7	0	160
BRB	6	0	70
CAESB	5	0	232
CEB	5	0	159

Fonte: CGDF - Subcontroladoria de Transparência e Controle Social - Coordenação de Acesso à Informação.

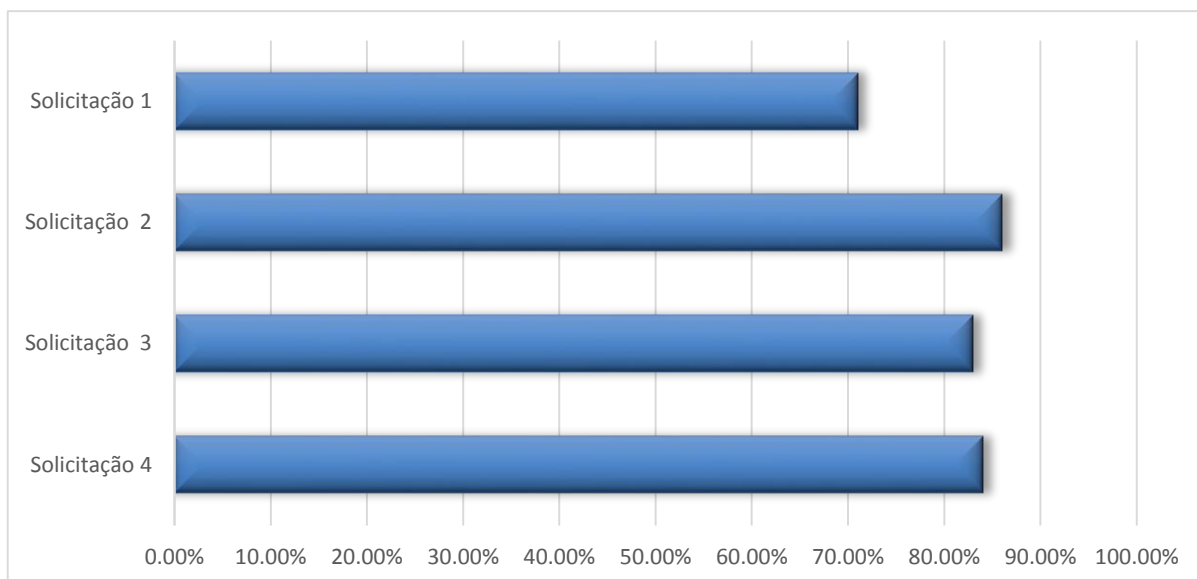
81. Ressalte-se que 02 (duas) das 03 (três) entidades que obtiveram prazo médio de resposta acima do prazo legal receberam um reduzido quantitativo de pedidos, o que evidencia, aparentemente, a necessidade de aperfeiçoamento do processo de trabalho com vistas ao pleno atendimento ao controle social por algumas das entidades da Administração Indireta do DF.

82. Com relação à conformidade das respostas às 04 (quatro) solicitações formuladas para cada entidade da Administração Indireta do DF, o resultado foi o seguinte:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Figura 6 – Aderência das respostas às solicitações



Fonte: PTs 7.1/7.24 e 8 associados ao e-TCDF.

83. Assim, o conteúdo das respostas fornecidas alcançou aderência média de 81%.³⁶ No entanto, ainda assim, diversas respostas foram encaminhadas com falhas aparentes, as quais decorreram, em geral, de:

- Remissão para links do site oficial que se encontravam indisponíveis e/ou com detalhamento insuficiente (exemplos: PTs 7.1, 7.3, 7.5, 7.8, 7.10, 7.12, 7.19);
- Detalhamento aquém do solicitado e/ou manifestação incompleta acerca dos temas demandados (exemplos: PTs 7.3, 7.9, 7.13, 7.15, 7.20, 7.22, 7.23);
- Falta de clareza na resposta (exemplos: PTs 7.2, 7.4, 7.7, 7.14, 7.19).

84. Também, e com vistas a avaliar a precisão e a fidedignidade das respostas às demandas formuladas pelos cidadãos por meio do e-SIC, foi selecionada uma amostra composta por 06 (seis) entidades da Administração Indireta do DF (24%).

85. Na sequência, a questão relativa à atividade finalística de cada entidade, demandada no âmbito do *checklist* para avaliação da transparência passiva, foi solicitada formalmente por meio de Notas de Auditoria.

86. As entidades integrantes da amostra supra, bem como as informações demandadas constam da tabela a seguir:

Tabela 7 – Entidades selecionadas e respectivas demandas de informações

³⁶ Conforme PTs 7.1/7.24 e 8 associados ao e-TCDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Nº	Entidades	Informação demandada
1	Agência Reguladora de Águas e Saneamento Básico – Adasa	Qual o quantitativo mensal de pedidos de outorga para perfuração de poços artesianos recebidos pela Adasa em 2016? Qual o quantitativo mensal de outorgas para perfuração de poços artesianos concedidas pela Adasa em 2016.
2	Companhia do Metropolitano – Metrô	Qual o quantitativo mensal de passageiros transportados pelo Metrô/DF em 2016? Qual o quantitativo mensal de passageiros transportados com gratuidades (passe livre estudantil, portadores de necessidades especiais e acompanhantes, idosos, etc) em 2016?
3	Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap	Qual o quantitativo de imóveis alienados pela Terracap cujo pagamento é realizado parceladamente? Qual o quantitativo de imóveis alienados pela Terracap que estavam com algum tipo de inadimplência em 31/12/2016? Qual o quantitativo de imóveis alienados pela Terracap que estavam com a cobrança judicializada em 31/12/2016?
4	Fundação de Apoio à Pesquisa – FAP	Qual o quantitativo de viagens de estudo para apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais custeadas pela FAP/DF em 2016, indicando o tema da viagem de estudo, o respectivo beneficiário e o custo de cada viagem?
5	Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB	Qual o quantitativo mensal de animais que foram adquiridos, nasceram, morreram ou fugiram do Zoológico de Brasília em 2016?
6	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Ibram	Quais os montantes totais devidos e executados a título de compensação ambiental relativas a 2015 e 2016? Quais os objetos de gasto dos recursos oriundos de compensações ambientais relativas a 2015 e 2016?

Fonte: PT 05 associado ao e-TCDF.

87. Esse procedimento tornou possível cotejar as respostas encaminhadas ao cidadão e à equipe de auditoria, aferindo a compatibilidade dessas e, assim, a precisão e fidedignidade das informações fornecidas aos cidadãos por meio do e-SIC. O seu resultado pode ser constatado na tabela a seguir:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Tabela 8 – Diferenças entre as informações prestadas ao cidadão e as encaminhadas ao TCDF

Nº	Entidades	Diferenças das informações	Documentos de comparação
1	Agência Reguladora de Águas e Saneamento Básico – Adasa	Os quantitativos de outorgas concedidas informados ao cidadão diferem daqueles informados à equipe de auditoria. Ademais, a resposta à Nota de Auditoria nº 01/21260/2017 é facilmente compreensível, diferentemente da resposta encaminhada ao cidadão via e-SIC, haja vista que esta não informa com clareza os quantitativos de outorgas requeridas e concedidas, além de conter dados relativos a outorgas outras que não as de perfuração de poços artesianos. ³⁷ Com efeito, não foi possível fazer sequer uma correspondência entre os quantitativos fornecidos nas duas respostas.	PT 9.2 e e-DOC D61F6A91
2	Companhia do Metropolitano – Metrô	As informações encaminhadas ao cidadão via e-SIC atendem aos critérios de detalhamento e clareza, a despeito do maior grau de detalhamento da resposta à Nota de Auditoria nº 02/21260/2017, que continha outras informações além das solicitadas. Ressalva-se apenas que há dois quantitativos incompatíveis na informação fornecida ao cidadão, os quais parecem advir de mero erro material, mas que não comprometem a qualidade da resposta.	PT 9.8 e e-DOC 6F27633F-c
3	Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap	As informações encaminhadas ao cidadão via e-SIC foram precisas e compreensíveis. Todavia, os quantitativos informados ao cidadão diferem daqueles informados em resposta à demanda formulada pela equipe de auditoria, ainda que possuam a mesma ordem de grandeza. Ademais, a resposta à Nota de Auditoria nº 03/21260/2017 é mais detalhada, informando, inclusive, os critérios utilizados para se chegar a cada quantitativo solicitado. Com efeito, se na resposta ao cidadão os mesmos parâmetros tivessem sido adotados ou mesmo disponibilizados, isso subsidiaria e facilitaria eventuais cotejamentos, divulgações e/ou demandas futuras por informações.	PT 9.10 e e-DOC 529F480F-c

³⁷ Enfatiza-se que a entidade pode contatar o cidadão caso não compreenda parcial ou totalmente a solicitação de informações.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA

PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

4	Fundação de Apoio à Pesquisa – FAP	<p>As informações encaminhadas ao cidadão via e-SIC possuem detalhamento suficiente. Todavia, ressalva-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> Diferentemente da resposta à Nota de Auditoria nº 04/21260/2017, o quantitativo total de bolsas concedidas não foi disponibilizado ao cidadão, restando a ele, em tese, consultar e somar todos os resultados definitivos dos editais de seleção, o que se revelaria inviável; As informações constantes da resposta à Nota de Auditoria supra estão mais claras, uma vez que resumem os dados demandados durante todo o período de 2016, diferentemente da resposta ao cidadão, na qual os resultados estão segregados por meses e por tipo de bolsa (totalizando mais de 30 arquivos). De fato, seria de bom alvitre que a informação resumida estivesse disponível no site oficial, a fim de possibilitar consultas em rápida sucessão, tanto por parte dos beneficiários das bolsas, quanto por parte dos demais cidadãos. 	PT 9.16 e e-DOC 64E5F14A
5	Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB	<p>As informações encaminhadas ao cidadão via e-SIC foram incompletas e imprecisas. De fato, a entidade esclareceu que os dados requeridos deveriam ser solicitados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, a despeito de o questionamento versar sobre animais da FJZB que, em última análise, integram o patrimônio da fundação³⁸.</p> <p>Diferentemente, na resposta à Nota de Auditoria nº 05/21260/2017, a FJZB encaminhou todas as informações e quantitativos solicitados.</p>	PT 9.19 e e-DOC 62EE309A
6	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Ibram	<p>As informações encaminhadas ao cidadão via e-SIC foram completas, claras e suficientemente detalhadas, não obstante os dados constantes da resposta à Nota de Auditoria nº 06/21260/2017 possuírem maior especificação.</p> <p>Não obstante ter sido identificada uma diferença em relação aos montantes gastos a título de compensação ambiental em 2015 e 2016, foi esclarecido pelo Ibram que essa diferença se deu em razão de uma atualização dos dados entre a primeira demanda (feita via e-SIC) e a segunda (realizada pela equipe de auditoria).</p>	PT 9.21 e e-DOC 69AB3288-c

³⁸ Ao menos no que tange aos animais exóticos, que possuem valor de mercado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

88. Depreende-se da tabela acima que as informações encaminhadas ao cidadão, por ocasião de demandas formuladas via e-SIC, tendem a não ter o mesmo grau de detalhamento, clareza e completude quando comparadas com aquelas fornecidas a esta Corte, o que resta, em última análise, a desestimular ou mesmo prejudicar o controle social.

89. Bem assim, resta claro que o fluxo procedimental para atendimento às demandas por informações não é padronizado e pode divergir a depender do demandante, pois quando ao se questionar as ouvidorias das entidades integrantes da amostra sobre as divergências verificadas, pode-se constar, por vezes, que setores diferentes produziram as informações, o que tende a gerar maior propensão a disparidades.

90. Por todo o exposto, entende-se que o atual cenário da transparência passiva da Administração Indireta do Distrito Federal pode ser aprimorado. Diretamente, por meio da otimização do atendimento às demandas por informações no prazo previsto na legislação aplicável e atentando-se para o detalhamento solicitado. E indiretamente, conferindo-se mais eficácia à transparência ativa, uma vez que quanto maior o volume informações gerenciais disponíveis ao cidadão, menor será o quantitativo de demandas e/ou mais rapidamente elas poderão ser atendidas, haja vista que bastará ao órgão demandado indicar o endereço on-line em que a informação está disponível, permitindo que a entidade se debruce, com maior disponibilidade de tempo e recursos, sobre as demandas por informação mais complexas.

Causas

91. Baixa relevância atribuída à transparência passiva e ao acesso à informação e, por via de consequência, ao controle social, por algumas das entidades da Administração Indireta distrital.

92. Insuficiência e/ou ineficiência de controles gerenciais das entidades da Administração Indireta distrital no atendimento das solicitações de informações, principalmente ao não padronizar o fluxo procedimental de atendimento a essas demandas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Efeitos

93. Prejuízo à cidadania e à atuação do controle social.

Proposições

94. Após a manifestação dos jurisdicionados sobre o achado de auditoria e seus tópicos, caso inexista alteração do conteúdo destes, serão submetidas à deliberação do egrégio Plenário, ao menos, as seguintes proposições:

- I. Determinar às entidades integrantes da Administração Indireta do DF, mormente àquelas nas quais houve atrasos ou inadequações nas respostas encaminhadas por meio do e-SIC (conforme §§79, 80 e 86), que adotem providências para garantir o cumprimento do disposto nos arts. 14 a 22 da Lei nº 4.990/2012, que versam sobre “o procedimento de acesso à informação”;
- II. Recomendar às entidades integrantes da Administração Indireta do DF, em especial àquelas nas quais houve atrasos ou inadequações nas respostas encaminhadas por meio do e-SIC (conforme §§79, 80 e 86), que adotem providências para otimizar suas respectivas transparências passivas, tais como:
 - a) aprimorar e padronizar o fluxo procedimental para atendimento a demandas protocoladas na ouvidoria e/ou via e-SIC, de modo a tornar as respostas mais céleres, completas, claras e precisas;
 - b) incentivar o treinamento e a capacitação dos servidores que atuam em ouvidorias e daqueles imbuídos da função de autoridade de monitoramento sobre temáticas relacionadas à transparência e acesso à informação, a exemplo dos cursos e seminários promovidos pela Controladoria-Geral do DF;
 - c) atuar no sentido de aprimorar seus controles gerenciais a fim de garantir que as informações frequentemente solicitadas possam ser disponibilizadas de ofício em seus sites oficiais e/ou no Portal da Transparência do DF, em atenção às orientações objeto da Lei nº 4.990/2012, mormente o disposto no seu art. 8º, VII.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Benefícios Esperados

95. Promoção da cidadania e do controle social. Reforço da cultura de acesso e transparência. Aumento da participação popular na gestão pública e da sensação de controle por parte dos gestores. Melhoria da governança da Administração Pública.

INDIO ARTIAGA DO BRASIL RABELO
ACE – matr. 1424-6

ANTÔNIO PEREIRA LIMA
ACE – matr. 1595-6